

Deponente: Maria Aparecida Rodrigues de Miranda

Entrevistador: Caroline Cunha Rodrigues

Data: 21 de julho de 2017

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Depoimento gravado no dia 21 de julho de 2017, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA. Entrevistadora, CAROLINE CUNHA RODRIGUES.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Por onde começar então... eu estava dizendo que eu comecei o meu trabalho de sindicalista no noroeste de Minas, eu sou de Bonfinópolis, e me identifiquei com esses assuntos de luta pela terra, foi mesmo pela realidade, própria realidade vivida pela minha família que eram sem terra, e morávamos desde o início dos anos 60 em uma área, uma fazenda, e que a partir de meados dos anos 70, início dos anos 80, nós fomos envolvidos num conflito pela terra, porque o fazendeiro determinou que a nossa família, que todas aquelas famílias deveriam se retirar da área, e era um momento muito rico do país porque a igreja católica havia tomado... vai confundir, não vai?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Vai.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Então, no início dos anos 80, era um período rico no sentido de que os movimentos sociais começavam a reaparecer em cena, na verdade era isso que estava acontecendo, as lutas por direitos no campo e as lutas por reforma agrária, ela já haviam acontecido muito antes, né, anos 40, anos 50. Aqui em Minas mesmo já existiam alguns movimentos, mas com a ditadura militar, esses movimentos foram abafados, foram silenciados, né, vamos dizer assim. Então era um momento de retomada em razão de um trabalho desenvolvido pela igreja católica, eu me lembro de dois documentos importantes, que era uma cartilha chamada "Igreja e Problemas da Terra", e uma outra chamada "Ver, Julgar e Agir". O que a igreja católica fazia era convidar as comunidades, os devotos, né, as comunidades, chamada de Comunidade Base para refletir sobre a realidade que a gente vivia, julgar essa realidade e propor saídas. E as saídas, e analisar essa realidade era reconhecer que existia um problema estrutural, um problema fundiário sério e que os trabalhadores rurais, como nós chamávamos nessa época, estavam ausentes, estavam marginalizados completamente dos direitos e especialmente eram marginalizados até do direito de lutar pela terra. Então esse trabalho foi sendo feito por

um conjunto de comunidades, né, assessorados então pela... por essa linha das comunidades eclesiais de base e depois pela CPT. E o agir, depois de ver, de julgar essa realidade e propor uma ação, foi a proposição do sindicatos de trabalhadores rurais. Eu me lembro que existiam já alguns sindicatos, especialmente no norte, existiam já alguns sindicatos, mas eles eram muito alheios aos problemas da terra mesmo. A luta pela terra, a resistência, os sindicatos eram alheios. Então a minha trajetória foi essa, assim, junto com outras comunidades, a comunidade do Mandiocal, nós começamos reunir e decidimos fundar um sindicato de trabalhadores rurais, e a cidade de Unaí foi escolhida porque era uma cidade polo, maior, então enquanto não tivesse outros sindicatos na região, ele poderia trabalhar uma base mais extensa, então o sindicato tinha sede em Unaí, mas ele abrangia Bonfinópolis, Arinheiros, Buritis, Formoso, hoje a região de Cabeceira Grande, Palmital, Guarapuava. Hoje todos esses lugares já são municípios, né, Atalântida, já são municípios, nessa época muitos eram povoados, outros eram municípios, mas não tinha sindicato. E este sindicato então foi criado com objetivo de transformar num braço de luta, de resistência dos trabalhadores rurais pelos seus direitos, todos direitos e especialmente para conseguir lutar pela reforma agrária. E isso não ficou de graça, porque já existiam algumas iniciativas, por exemplo, em São Francisco já existia uma luta já mais antiga. São Francisco região norte de Minas, né. Eu quando cheguei eu já conheci vários focos de resistência, de luta, que a gente ficava conhecendo através das formações, das capacitações de líderes de base, já existia muita resistência no norte de Minas e em São Francisco já existia um sindicato que já lutava por acesso à terra, que era o sindicato de São Francisco. E eu já conheci essa luta com o Elói. O Elói foi um grande inspirador nosso, um apoiador valoroso, porque ele saía de São Francisco e ia até os municípios que estavam em processo de fundação do sindicato para dizer do exemplo dele, da luta, da importância do sindicato, né. Então ele foi a Unaí umas duas vezes antes e foi no dia da fundação do sindicato, 17 de maio de 1981, eu tenho inclusive foto dessa assembleia que fundou o sindicato com, e o Elói era... nem era da FETAEMG, ele era presidente do sindicato de São Francisco, que referenciava a nossa luta, né. E foi assim, imediato. A impressão que eu tenho é que enquanto não existia ninguém ou nada, nenhuma organização ao lado dos trabalhadores, é como se houvesse uma total invisibilidade mesmo, é como se a gente não existisse como cidadão. Na medida em que os sindicatos foram criados e os trabalhadores começaram a acreditar, procurar o sindicato e participar das assembleias, das

discussões e acreditar que era possível juntar força e conseguir conquistas, né. A partir desse momento, então, a elite, os fazendeiros, mesmo os poderes constituídos dos municípios, eles duvidavam da nossa capacidade, mas quando reconheceram essa capacidade, nós passamos a ser perseguidos, né. E era uma perseguição velada às vezes, e às vezes direta, né. Então o fato de um trabalhador entrar no sindicato e sair de lá com uma carteirinha na mão, de sócio, era motivo para que o fazendeiro mandasse ele embora, seja em qualquer relação de trabalho que ele tivesse na terra, ou de posseiro, ou de parceiro, ou de assalariado. Muitas vezes eu tive que fazer a defesa desses trabalhadores simplesmente porque eles foram no sindicato, né. Então isso era constituído como um crime, e quando procurávamos a justiça, a gente entendia que o juiz de direito, a delegacia de polícia, poderia nos ajudar. Antes de compreender os outros poderes constituídos, esses poderes que estavam lá no município a gente procurava achando que poderia ter apoio, e não tínhamos esse apoio. Então muitas vezes as nossas denúncias ficavam sem resposta, era uma certa insistência nessa ideia de que não existíamos como cidadãos, né. E logo em 1981, o primeiro ano do sindicato, nós recebemos a primeira grande demanda de parceiros e meeiros e posseiros, porque 250 famílias de trabalhadores rurais, das mais várias formas de ocupação da terra, foram intimados pela rádio da cidade propondo desocupar a área de uma hora para outra. Então era a fazenda Sapo Grande...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Como assim? A rádio? Em que sentido?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É. O fazendeiro foi à justiça, entrou com uma ação de reintegração de posse contra 250 famílias, muitas delas ele nem conhecia, então ele citou até pelo apelido, e ele não conhecia a fazenda também, ele tinha muitas outras fazendas, essa fazenda ele não conhecia ela toda, ele só tinha uma presença lá através dos seus gerentes. E ele...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Aí houve um mandado...

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É. O juiz expediu uma liminar, o fazendeiro entrou com uma reintegração de posse, o juiz emitiu uma liminar de reintegração sem ouvir as partes, e os trabalhadores foram intimados pela rádio, que estavam intimados a desocuparem a área dentro de tantas horas. Então isso foi a grande primeira demanda, quando isso chegou no sindicato, a primeira coisa que nós fizemos, a FETAEMG já tinha assessoria jurídica, eu não me lembro se tinha um advogado no sindicato naquela época, ou se nós chamamos advogado de Montes Claros para entrar com uma ação contra essa ordem de despejo. E foi assim,

advogada entrou com essa ordem... com uma contra, com uma lei, com uma... um mandato, né, contra essa liminar, e despachou aqui em Belo Horizonte, porque o recurso lá já tinha terminado. Quer dizer, o fazendeiro pediu e imediatamente foi atendido, sem direito de defesa, então isso subiu pra cá. Derrubamos a liminar aqui em Belo Horizonte e começou então o conflito, e começou assim, o conflito começou assim. Então restava ao sindicato, cabia então era visitar a comunidade, a fazenda inteira, organizar as famílias, falar dos direitos que essas famílias tinham. E aí nós fomos conhecer, nós fomos mapear quem eram, quais as condições de trabalho, se era meeiro, se era parceiro, se era posseiro, quantos anos que morava ali. A gente descobriu que tinham famílias, tinha adulto que o seu pai e o seu avô tinham nascido ali, então tinham posseiros antigos, né. E a relação de trabalho era totalmente ilegal, irregular, não tinha um contrato escrito. Tinha vários combinados diferentes, com diferentes pessoas, então nós fomos compreendendo, diagnosticamos, mapeamos família por família, e começamos com eles uma luta... primeiro, para que eles reconhecessem que eles tinham o direito de permanecer ali, para trabalhar na terra, e logo em seguida nós vimos que legalizar a parceria ali era pouco demais. Existia um conflito tão grandioso ali e tanta gente que precisava daquela terra, que justificava reivindicar a desapropriação da terra para fins de reforma agrária. Então isso correu de 81 até 84. 84, 08 de março de 84 conseguiu a primeira desapropriação de terra para fins de reforma agrária em Unaí, fazendo Sapo Grande. Isso foi como se... como se estivesse emitido uma senha para os outros trabalhadores que ainda tinham alguma dúvida, a força do sindicato, então outros vários pontos, outras várias fazendas, outras várias áreas que também o conflito era muito parecido, inclusive da mesma, os mesmos donos, os mesmos proprietários. O pessoal começou acreditar, e aí imediatamente a gente já estava acompanhando 08, 10, 12 conflitos pela posse da terra. Eram...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Conflitos que já existiam, mas as pessoas não tinham uma instância para ouvi-las ou encaminhar essa demanda, né?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Conflitos já existiam. Quer dizer, as expulsões, a violência, a falta de reconhecimento dos direitos, estava lá, latente para todo o lado, né, uma pobreza, uma miséria absoluta. As famílias trabalhavam, trabalhavam e muitas delas passavam fome porque o que colhia entregava para o fazendeiro, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Arrendatário.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Estava latente. O problema é que na hora que o sindicato aparece e aparece com essa proposta de defender de fato o direito do trabalhador, ele cresce de uma hora para outra, né, e essa primeira conquista demonstra então para os trabalhadores que isso era possível, e aí nós estabelecemos uma relação com o Estado, no sentido mais amplo. Então nós percebemos que além desses poderes locais, constituído juiz, delegado de polícia, que a gente achava que pudesse ser instâncias de justiça, a gente viu que tinha uma amplitude maior, que era possível o Estado brasileiro ser provocado para resolver o conflito, e a solução que a gente encontrava para resolver o conflito era o quê? Vamos desapropriar as fazendas e fazer reforma agrária. Isso foi os primeiros anos, foi assim, ocorre que ao mesmo tempo que o trabalhador movimentava para o sindicato, acreditava, e a gente ia conseguindo algumas conquistas, os fazendeiros também, os poderes constituídos também se articulavam e se organizavam, e imediatamente passamos a ser perseguidos também. Quando o trabalhador era proibido de entrar no sindicato para se sindicalizar, quando havia uma ameaça do fazendeiro, uma agressão, uma violação que íamos lá fazer a denúncia e não tinha resposta, então isso aí gente já identificava a omissão do Estado, de que lado esse Estado estava. Quando chamávamos uma equipe do Incra para fazer uma vistoria, e a equipe do Incra chegava e ouvia a nossa parte, ouvia a parte do fazendeiro e muitas vezes devolvia o relatório a favor do latifundiário, então, por exemplo, a fazenda Sapó Grande mesmo recebeu alguns laudos favorável ao fazendeiro, comprovando que ele tinha produtividade lá dentro, e na realidade ele não tinha. Então nós tínhamos que ir verificando e monitorando cada coisa, até descobrir, na verdade, que estávamos e que a única força positiva que tínhamos era o sindicato, né. Logo após essa primeira desapropriação, de terra, houve um fato que eu gosto de lembrar, que é o seguinte: a fazenda São Pedro, que ficava a poucos quilômetros da fazenda Sapó Grande, ela também, o fazendeiro fez a mesma agressão, era o mesmo dono, inclusive. Mandou derrubar, com tratores e jagunços, casas de oito posseiros. Mandou derrubar as casas, abriu a cerca, botou o gado para comer as lavouras deles, e isso imediatamente à primeira desapropriação. Isso aconteceu em maio, abril ou maio de 84, mais tarde a gente vai descobrir que é... tá. Mandou derrubar, o sindicato agiu de novo, conseguiu a reintegração de posse a favor deles, processamos o fazendeiro, fizemos, abrimos um processo de indenização, um ano depois o juiz da cidade, ele convoca os posseiros e o sindicato para fazer um acordo. E o acordo implicava em

cada posseiro receber uma área pequena de terra ao redor da casa deles, a retirada do processo criminal e do processo de indenização contra o fazendeiro e o juiz dizia, então, naquele acordo, que ele, juiz, estava começando a reforma agrária em Unaí. Quando eu falei: “Não, eu não assino esse acordo”, eu era presidente do sindicato, “eu não assino esse acordo, porque esse acordo vai significar a expulsão de outras tantas famílias que moram lá na comunidade. O juiz, então, me interpelou, disse então que eu seria processada, que eu estava obstruindo a justiça, e de fato eu fui processada mesmo, fiquei respondendo esse processo por algum tempo, mas... e foi imediato, isso foi março e abril, ainda no mesmo ano o mesmo juiz deu uma ordem para a polícia militar fazer uma ação de violência contra os outros posseiros que tinham permanecido na fazenda, né, porque o fazendeiro estava tentando maquiagem a fazenda. A gente já tinha pedido vistoria para a desapropriação da terra, e o fazendeiro resolveu botar trator e quebrar o serrado todinho porque, para tentar provar para o Incra, maquiagem, dizendo que tinha trabalho lá, que tinha produtividade. Os trabalhadores se organizaram para impedir que as máquinas funcionassem, e o fazendeiro foi até o juiz, o juiz determinou, escrito num papel de... num guardanapo, foi almoçar com fazendeiro, no guardanapo mesmo ele determinou para o delegado: “Faça o que for necessário para continuar os trabalhos de desmatamento”, algo assim.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: (Trecho Incompreensível) fora da lei.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Sem processo, nem nada, era a autoridade juiz, achava que ele podia fazer isso. E ele mandou isso para o delegado, o delegado acionou um grande número de policiais e mandou para lá, e chegaram lá abrindo fogo contra as pessoas. Ficaram oito posseiros feridos, abandonados no meio do mato, isso era umas 17h30min da tarde. E quando eles chegaram na cidade para serem socorridos no hospital...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Esse é aquele acontecimento da fazenda São Pedro?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: São Pedro, não é?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: São Pedro. Quando eles chegaram na cidade para serem atendidos no hospital eles receberam voz de prisão. As vítimas receberam voz de prisão. Então tudo isso, o quê que isso significava? Que o Estado, que a gente acreditava que tinha justiça, e que o Estado deveria cuidar dos direitos dos dois lados, isso não se confirmava. No caso do conflito agrário, na maioria

das vezes, esse Estado constituído estava sempre do lado do fazendeiro. Então esse foi o desdobraimento, a fazenda São Pedro ficou em conflito de 2004 até 2008. Até 2008, e ela foi objeto de muitas disputas também, de laudos técnicos.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: De 1984 a 1988?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É, oito anos. Quatro anos. A São Grande foram três, a São Pedro foram quatro. E assim, e muita movimentação de nossa parte mesmo, assim, ocupação Incra, ocupação do Ministério da Justiça, denúncias de todos os lados.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Houve uma comissão de investigação, vinculada à Brasília também, invocado para esse caso, você se recorda?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Provavelmente. Houve, inclusive... a última vistoria da fazenda São Pedro foi uma força-tarefa montada pela Incra nacional, que veio técnicos de vários lugares, veio um do Ceará, veio uma equipe especializada, porque tinha muitos laudos sobrepostos. A gente fazia uma movimentação, conseguia um laudo favorável, fazendeiro fazia o lobby dele, conseguia outro laudo favorável, e o conflito latente, muito complicado mesmo, né. As roças sendo invadidas, e nesse meio de tempo nós utilizamos de um recurso que o estatuto da terra também nos permitia, que era o seguinte: se você recebesse a terra nua, se o trabalhador recebia a terra nua, ele tinha o dever de pagar apenas 10% na justiça. 10%. O fazendeiro não recebia, a gente depositava em juízo, então não deixávamos de cumprir com o que a lei exigia da nossa parte, só que isso já era uma afronta para aquela realidade, né. Depositava em juízo e deixava o pau quebrar, o alimento perdia lá, porque o fazendeiro não pegava, ficava lá na

CASEMG, carunchando. Enfim, cumpríamos a nossa parte. Enquanto conseguíamos ganhar força pela desapropriação né. Então essa última equipe que fez o laudo final, que apresentou a fazenda apta para a desapropriação, eles levantaram trabalhos... os gerentes da fazenda nunca tinham recebido um salário, então era tipo um trabalho escravo. Então eles foram pegando vários outros aspectos de relação de trabalho irregular, tentativa de maquiagem, foi pegando outros aspectos para poder compor, caracterizar um conflito de um lado, e caracterizar que na verdade o proprietário não tinha, não desempenhava a função social da propriedade, porque a lei falava isso, né, ele precisava provar que ele desempenhava, que a propriedade desempenhava uma função social. Então em 84, em 88 conseguimos a São Pedro. Nesse ínterim desses sete anos, de 81 a 88, a gente conseguiu outras também, desapropriações, em áreas

também próximas, mas que não... mas que o conflito não foi tão sério assim, perdemos outras, umas outras tantas que existiam um conflito e que acabou, que tivemos que negociar em alguns casos a retirada, indenização para as famílias, mas enfim. Nesse meio de tempo então, a violência contra a organização dos trabalhadores já crescia no Brasil inteiro, na região nós já tínhamos sofrido a morte do Elói em 84. Em 85, bem no auge dessas conquistas, acontece a morte do meu pai e a tentativa de assassinato da minha mãe. Então qual era a leitura que a gente fazia na verdade? É que o inconformismo, na verdade, era contra a organização, contra o direito de organização e de luta dos trabalhadores que não se limitava apenas a busca, um direito na justiça, mas que ia além. A gente estava discutindo a reforma agrária, a democratização da propriedade, o direito de ter a terra para trabalhar, então isso era muito sério. E...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Para além do caso que levou a morte do seu pai, você poderia contar mais sobre a sua posição na presidência do sindicato, em relação a ameaças, ou perseguições contra a sua pessoa, em função da atuação no sindicato, seja por parte de agentes públicos ou agentes privados?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Então, tem um aspecto que eu acho que é importante, que é... também a presença da mulher no movimento sindical, né. Também não foi pacífico, não. Assim, eu estava no grupo de fundação do sindicato, e fui aconselhada por duas vezes a permanecer no cargo de secretaria, porque o argumento apresentado à época era que por ser mulher e por ser muito jovem não... provavelmente as pessoas não iriam respeitar como estando na frente, dirigindo o sindicato como presidente. Mas isso não foi impeditivo para que a minha atuação fosse muito concreta, muito direta, e vamos dizer assim, 100% do tempo. Então isso foi levando a uma situação de que em 84 eu acabei sendo presidente do sindicato. Eu assumi a vacância do segundo presidente e em 85 eu fui eleita mesmo, de 85 a 88 eu fui eleita presidente, foi também uma única eleição, né. Em 82, 81 nós fundamos o sindicato e criamos a diretoria provisória, em 82 fizemos a primeira eleição, e acho que oito meses depois o presidente renunciou. O presidente renunciou, eu acho que ele não deu conta do desafio que era dirigir o sindicato, ele renunciou, então eu devia assumir a presidência. Assim que ele renunciou, que chegou a confirmação na FETAEMG que ele tinha renunciado, o Ministério do Trabalho imediatamente determinou uma junta, uma intervenção, determinou uma intervenção no sindicato.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E a delegacia regional do trabalho...

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Veio a delegacia regional do trabalho.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Com o Onésimo Viana?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: (Trecho Incompreensível), direto, assinar documento?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É, foi determinada uma intervenção.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Pelo delegado.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É, o delegado. A conta do sindicato ficou paralisada, não podia movimentar a conta do sindicato. Eu, como, na linha de sucessão eu era secretária, pelo estatuto eu devia assumir a presidência, né. Na hora que eu ia assinar documentos os cartórios não aceitavam, só assim que a gente soube que tinha havido uma intervenção do Ministério do Trabalho, então eu fiz um... nós fizemos uma visita, acho que veio eu e acho que a advogada Nilsa que estava comigo lá na época, que era da FETAEMG, ou era da CPT, e viemos até Belo Horizonte, fomos até a FETAEMG para... Paulo Lote era o delegado do trabalho, não sei se era Paulo Lote, eu não lembro. Eu sei que fomos até delegacia do trabalho para entender o quê que estava acontecendo, e lá nós exigimos que o sindicato precisava ser aberto, ser reaberto, ter todas as legalidades de funcionamento, e aí a FETAEMG nesse momento avalizou, nós reabrimos o sindicato, eu assumi a presidência do sindicato e a gente pôde dar sequência. Mas... era uma...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Qual foi a justificativa que o Ministério deu, via delegacia, ou não houve?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Ah, não houve justificativa nenhuma. Não houve justificativa nenhuma. Houve a renúncia, a renúncia o presidente foi comunicado, e imediatamente o Ministério do Trabalho bloqueou as contas e queria indicar um novo presidente. Aí a negociação foi essa, não, aí tem uma diretoria eleita, o estatuto prevê na vacância do presidente subir a secretaria, né. Então foi isso que foi feito.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. Entendi.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Foi isso que foi feito.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Quando você iniciou a posição na presidência, né, você percebeu alguma mudança em relação a ato de monitoramento, ameaça?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Não, eu só fui saber que eu estava monitorada, Carol, bem depois, né. Na verdade assim, éramos muito malvistas na cidade pelos poderes constituídos, pela justiça, pela polícia, tudo que a gente fazia era muito dificultado, a gente apresentava uma denúncia não tinha andamento. Esse caso da derrubada das casas, por exemplo, que o fazendeiro mandou derrubar as casas com trator. Eu fui até lá, eu contratei um táxi e um fotógrafo, e fui até a comunidade, porque eu sabia que se eu chegasse lá só com a fala do trabalhador, o juiz nem ia ouvir. Então eu fui lá para constituir provas, tirar foto, e constituir provas para poder entrar com a denúncia, né. Eu cheguei lá, eu fui expulsa, eu fui ameaçada pelos mesmos jagunços, porque quando eu cheguei lá, eles ainda não tinham terminado o serviço, eles estavam derrubando uma casa, e eu cheguei na hora, eles então me expulsaram de lá, me ameaçaram de morte, tomou a máquina fotográfica, rasgou o filme, destruiu o filme e mandou a gente embora com armas, com carabinas, 12 carabinas apontadas para a gente, para mim e para os dois que estavam lá contratados pelo sindicato. Cheguei lá de volta no juiz, com essas duas testemunhas, de mãos abanando, porque não tinha conseguido constituir as provas, e o juiz falou: “Eu não posso fazer nada porque não tem provas”.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Nem do que aconteceu com...

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Nem do que aconteceu. Então, “Eu não posso fazer nada porque não tem provas”. Então imagina você, uma atuação dessas, de um agente de Estado, como o juiz, que é a autoridade máxima da justiça no município, fica muito pouca manobra para os trabalhadores reagirem né. Então éramos muito malvistas, tudo era muito dificultado, tudo que a gente fazia tinha que ser, a gente tinha que pressionar de fora para dentro, então era uma denúncia no jornal, era uma ocupação num prédio público, tinha que criar um fato externo para pressionar as autoridades locais para nos ver, nos reconhecer, para nos respeitar como classe trabalhadora, né. E aí a partir do assassinato do meu pai, já era muito comentado na cidade de que o sindicato estava interferindo na ordem pública da cidade, que nós éramos baderneiros, que nós éramos invasores de terra, e que a paz precisava voltar a ser reestabelecida na cidade. Então isso era voz corrente na cidade, e recebia recados de fazendeiros de que iam me matar para que a paz voltasse à cidade.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Algum fazendeiro em especial?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Então, o doutor... esse fazendeiro que era Juscelino Geraldo, ele era um Antônio Luciano para o Estado de Minas Gerais, ele era para Unaí, ele se comportava como se ele fosse dono do município. Eu me lembro que no início dos anos 80, até o gado, ele tinha uma fazenda que era continuidade da cidade, não tinha cerca, o gado dele andava livremente nas ruas, ninguém fazia nada, porque ele tinha mais ou menos uma relação dessas, assim, que ele era meio que dono mesmo, assim, da cidade. E ele tinha... eu vou me lembrar aqui, ó: Sapo Grande, Bálsamo, São Pedro, Salitre, Extrema e Santa Rita, e Itabocas. Sapo Grande, Bálsamo, São Pedro, Salitre, na mesma região, sequência, uma ao lado da outra. Santa Rita próximo da cidade, Extrema perto... na região da Canabrava, Itabocas e Santa Rita era continuidade também. Então você tem sete ou oito propriedades que ele tinha ali, então era assim...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Haviam famílias também?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Todas elas estavam cheia de gente, todas elas. Todas elas e todas elas com conflito, porque eles não pagavam salário, eles não reconheciam direitos, não assinavam carteira. Onde tinham trabalhadores rurais plantando roça eles não ofereciam absolutamente nada de ajuda e as pessoas pagavam 30, 40, até 50% da produção. Então era tudo ilegal, totalmente ilegal, mas eles eram donos do poder, né. Então a partir dessa... toda essa movimentação, em 84, eu acho, ou cinco, eu não me lembro, ou seis, a data não sei bem, o velho, o seu Juscelino Geraldo, deu um infarto e morreu. E os filhos dele eram cinco filhos homens, os filhos dele atribuíram a morte do pai à ação do sindicato, e começaram a mandar recado mesmo, que se a gente continuasse entrando nas terras deles, que na verdade teve uma ameaça pessoal mesmo a mim, um dos filhos chegou no sindicato e estendeu as duas, assim, mãos nas portas...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Você lembra o nome dele?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Eu acho que era o Mariano. Que nem registro disso não tem porque a gente ia lá, fazia a denúncia e ficava por isso mesmo, né?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: A delegacia do caso, né?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Fui à delegacia. Ele chegou lá, o filho dele, botou os dois braços, assim, do lado da porta, era uma salinha só, e disse: "Olha aqui, eu vim aqui te avisar que se você continuar entrando na fazenda das

nossas famílias você vai amanhecer com a boca cheia de formiga”. Acho que tinha alguém lá dentro do sindicato, na parte de trás, ouviu, e eu peguei essa pessoa na mesma hora, ele saiu de lá e eu fui à delegacia fazer o boletim de ocorrência, esse boletim não foi feito.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Ele nunca foi chamado para depor, não teve nenhum retorno?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Nunca foi chamado. Nunca foi feito. Os processos que corriam eram contra nós, né, eram contra os trabalhadores, era contra a minha pessoa, esses processos corriam.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Pois é, nós chegamos em um ponto, qual a sua avaliação na questão da atuação da polícia em relação às demandas, as denúncias de violências ou de assassinato, contraposição às denúncias de supostamente invasões feitas por fazendeiros?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Nessa época a gente não tinha apoio de ninguém. A gente não tinha apoio de ninguém não, se tinha uma ameaça contra o trabalhador e a gente ia lá na polícia, já pelo final, por causa do reconhecimento do sindicato, às vezes até registrava, mas não chamava para depoimento, não tinha consequência nenhuma. Então assim, não tinha, não, olha, o Estado, lá representado pela polícia, pelo juiz, não era aliado, não era aliado, não era aliado mesmo. E aí quando acontece o assassinato do meu pai, isso fica mais claro porque o fazendeiro confiou muito na impunidade, e de fato essa impunidade se confirmou, mesmo a gente passando por todos os rituais legais, porque ele não estava certo de expulsar as famílias de lá sem direito a nada, porque a gente estava reivindicando a reforma agrária, era um direito legítimo. Então ele chegou lá armado, com dois jagunços do lado, montado a cavalo, disparou três tiros, matou uma pessoa, tentou matar outra, ameaçou a mim também e ao meu tio, e ele montou a narrativa dele: “Olha, eu fui lá mesmo, matei um cachorro, está aqui o meu revólver, disparado, três balas disparadas, mas eu matei em legítima defesa”. Essa narrativa dele poderia ter feito parte do inquérito, mas essa história precisava ter sido mudado na hora da denúncia. Então nós fizemos o ritual certinho, fomos lá para a promotoria, a promotoria não denunciou ele, promotoria levou o processo a julgamento com a opinião do fazendeiro. Sem haver denúncia. Isso foi para julgamento dessa maneira. Foi para julgamento, corpo de jurado, tudo bonitinho, dentro dos tramites, o jurados inocentaram ele por 7x0.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Jurados locais?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Jurados da comarca. Então assim, ele foi inocentado 7x0, a tese dele de legítima defesa, embora não houvesse arma do lado do meu pai e da minha mãe, embora houvesse total desequilíbrio de força, provado nas peças do processo, não foram as peças do processo que foram julgados, o que foi julgado foi a luta dos trabalhadores. Então o julgamento transformou o assassino em vítima, e as vítimas em criminosos. Porque na verdade foi isso que aconteceu. Então, como era tão... como a realidade era tão absurda e sustentável do ponto de vista técnico jurídico...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E isso que aconteceu com o seu pai, teve vínculo direto também com a sua atuação no sindicato?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Total. Total. Total. E quem deu esse retorno na verdade, quem politizou o assassinato de pai na defesa do processo, foi o advogado do fazendeiro, porque o advogado do fazendeiro, a tese dele foi de que o meu pai e a minha mãe, que a minha família era um núcleo comunista muito perigoso. Que houve coisas assim... tão cabulosas no discurso da defesa e que acabou prevalecendo para dar um veredito de 7x0 a favor do fazendeiro foi o seguinte: o meu pai, ele recebeu um tiro no rosto, de um lado, e um tiro no peito, então o primeiro tiro não o matou, mas quando ele caiu, ele caiu de barriga para cima, acho que tem uma foto dele assim e o braço dele caiu duro, assim, para cima. Então o cara, diz que ele era tão mau, que mesmo na hora de morrer ele estava oferecendo resistência, oferecendo muque, de tão mau. Então ele transformou a nossa família em uma célula comunista muito perigosa, que precisava ser eliminada. Este foi o discurso da defesa, e tudo bem, é legítima defesa fazer o que... fazer o malabarismo que quiser para provar, para defender quem ele está ali sendo pago para isso, mas a justiça aceitar, o arcabouço legal jurídico aceitar esse argumento, é nisso que eu coloco a coisa da omissão, até para mais da omissão, é a legitimação dessa força desigual contra os trabalhadores. Derrubamos essa tese de legítima defesa, demorou mais dois anos, tentamos negociar com o promotor, já que sabíamos que aquela comarca, ela estava viciada por causa das relações políticas, e de poder que o fazendeiro tinha, nós tentamos retirar o julgamento de lá e trazer mais para perto de Belo Horizonte. A gente propôs trazer para Sete Lagoas ou Belo Horizonte, para tirar dessa área de influência do fazendeiro. O promotor não aceitou, disse que a gente estava duvidando da idoneidade dele, então o processo foi julgado em João Pinheiro do mesmo jeito. E

era... o primeiro julgamento, desculpa ir e vir, mas assim, essa reflexão de como que o Estado age, né. Os fazendeiros ocuparam a parte externa do fórum do primeiro julgamento, desde às 07h00min da manhã que eles já indicavam qual seria o veredito no final da tarde. Abriam o champanhe e comemoravam que o resultado ia ser de 7x0, e foi. Recorremos dessa decisão, demorou mais dois anos e foi julgado lá mesmo porque houve essa negativa do promotor. E aí tinham dois crimes, um de assassinato e um de tentativa de

assassinato certo? O juiz utilizou de uma manobra muito estranha para poder inocentar o fazendeiro. Ele, em vez de julgar o assassinato primeiro, ele julgou primeiro a tentativa de assassinato. Ele tratou primeiro a tentativa de assassinato.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Da sua mãe?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É, mas o quê que ele fez? Ele descaracterizou a tentativa de assassinato e virou lesões corporais leves. E por isso ele não pagou nada, e julgou o assassinato porque tinha corpo, porque tinha prova, então ele transformou o fazendeiro em réu primário. Como réu primário ele podia não ser preso, e ele não foi preso, então ele foi julgado, ele foi “condenado”, entre aspas, a pagar um valor em dinheiro para a sociedade de São Vicente de Paula, e comparecer ao juízo durante um ano, eu acho, uma vez por mês. Então assim, toda essa trajetória, dos rituais da justiça, nos provou que a impunidade prevaleceu, um crime que compensa, porque se eles tivessem conseguido o intuito de desarticular o movimento sindical por causa desse assassinato, eles teriam conseguido 100%. Só que não conseguiram 100% porque nós conseguimos, acreditando na nossa força e na nossa organização, e isso já estava muito mais, 85, já tínhamos quatro anos de luta, já tínhamos uma desapropriação, os trabalhadores já estavam acreditando, já tinham outros sindicatos fundados na região, ou seja, a organização tinha crescido em vez de arrefecido, né, tinha dado efeito contrário, então eles não tiveram, não tiveram 100% de resultado, mas...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: É, como no caso do Elói, né, que o filho assumiu o sindicato justamente para evitar que o sindicato fechasse, que a luta terminasse, você também, como filha, continuou o trabalho no sindicato ainda com mais força...

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É ainda com mais força, mas só que a partir daí também foi ficando muito insustentável, porque as ameaças começaram a ser mais diretas. Mais diretas mesmo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Isso diante do processo na justiça, né, como ficou claro que era um ato que compensava, eles se sentiram mais à vontade para fazer ameaças.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Muito mais à vontade de continuar ameaçando, né. E aí era aquele momento também que o Jafé falou hoje, né, de organização armada, inclusive dos fazendeiros, por meio da UDR, de luta política maior, reforma agrária virou debate nacional, na discussão da constituinte, virou debate nacional, fizemos uma campanha de um milhão de assinaturas a favor da reforma agrária, e aí os fazendeiros também se articularam, criaram uma organização armada, que era para defender as propriedades segundo eles, que seriam invadidas, e para eliminar as lideranças sindicais e os apoiadores que tivesse a favor da reforma agrária. Então nesse momento eu e tantas outras lideranças sindicais ameaçadas de morte mesmo, na lista dos marcados para morrer. Essa lista dos marcados para morrer foram, nós conseguimos fazer uma denúncia na Anistia Internacional, por meio do congresso da CUT, fizemos uma denúncia na Anistia Internacional. E aí tivemos que usar algumas estratégias de proteção da vida dessas lideranças, algumas a gente conseguiu, outras não, outras foram mesmo assassinadas, caso de Chico Mendes e outros, né. No norte do país muitas lideranças que estavam na lista foram mortas, em Goiás também, o Nativo da Natividade estava na lista, foi morto.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. O Nativo.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Nativo da Natividade. Era daqui de Minas, foi morrer lá, em Rio verde. E no meu caso, assim, eu recebi inúmeras ameaças mesmo, assim, tive notícia de emboscadas que tinham sido montadas, por pura sorte a gente passava por uma outra estrada, então chegou um momento que estava insustentável, a minha permanência estava ficando mais perigosa para o sindicato e para a minha vida também, mais para o sindicato, que chegaram à conclusão que eu deveria ser retirada da região. Então eu me considerei, sério mesmo, assim, eu me considero uma exilada política porque eu não tinha concluído o trabalho que eu precisava ter feito lá em Unaí. Tudo isso foi em curto tempo, de espaço, foi de 81 até 89, foi pouco tempo, considerando que a gente tinha tudo isso por fazer, foi muito pouco tempo, eu fiquei de 85 para cá, depois da morte de pai, com muita restrição de ação, muita restrição de ação por causa dessas ameaças. Então eu fui retirada de lá, eu fui exilada mesmo. Não pude voltar lá por muito tempo, este trabalho foi interrompido de minha parte, eu considero que eu tinha muita contribuição

ainda a dar, até mesmo de retorno, porque eu tinha desenvolvido o meu trabalho, nessa experiência eu tinha aprendido muito, então eu podia retomar muito mais para a organização do sindicato, para a organização dos trabalhadores, eu fui bruscamente retirada, desenraizada.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Qual é a ocorrência que eles retiraram?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Então, foi a CUT e a CPT que me mandou para Cuba, fiquei seis meses em Cuba, depois eu voltei, fiquei alguns meses...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Você não podia ficar nem em Minas Gerais?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Não, não podia. Não podia. Eu cheguei aqui, eu fui morar, me levaram para a casa de uma pessoa que era da esquerda, fui morando de favor com ela, comecei a receber ameaça por telefone, “Nós sabemos onde é que você está”. Então eu fiquei, acho, que em Belo Horizonte, dois ou três dias e fui enviada para Cuba, fiquei seis meses lá. Depois eu voltei, me mandaram para o Rio Grande do Sul, fiquei um mês ou dois andando por lá, em várias cidades, e depois eu fui voltando aos poucos para cá, para Belo Horizonte, mas fiquei muito tempo sem poder nem ir em Unai, sem poder nem ir na região. Né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E a sua mãe?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Então, pois é. Foi outro golpe, assim, para mim, porque eles ficaram sozinhos, né, minha mãe. Eu era mais velha, tinha 23 anos no ano que pai foi assassinato, então tinha um com 21, um 19, um com 17, um com 15, um com 13, um com 11, e um com nove.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E quais os nomes dos seus irmãos? Você tem a data de nascimento?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Eu posso te passar, eu tenho em casa, eu posso te passar todos os nomes completos.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Principalmente dos menores de 10.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Os menores de 12 anos, né.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: É.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Eram dois. Eunício Rodrigues de Miranda e Rogério Rodrigues de Miranda, eram os dois menores, de 12 anos.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: A data de nascimento em casa.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Menor de 12 anos, né. Então foi uma loucura, porque a minha família ficou assim, éramos muito pobres, o que nós

tínhamos era aquela terra, perdemos a presença do meu pai, que coordenava esse núcleo familiar, minha mãe ficou também ausente de lá muito tempo, a gente tinha medo que ela fosse assassinada, que ele voltasse para terminar o serviço.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Então ela ficou onde?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Ela ficou... ela foi para Brasília, para ser tratada, eles negaram tratamento a ela em Unaí, hospital Santa Mônica.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Negaram?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É quando ela chegou atirada, perguntaram como que tinha acontecido aquilo, e aí na hora que eles souberam que foi um tiro de um fazendeiro eles simplesmente não receberam ela no hospital, mandaram para Brasília.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Negaram a...

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Negaram atendimento no hospital Santa Monica, e mandaram ela para Brasília, ela ficou no corredor lá durante um tempo, somente à noite que o jornal... não sei se foi... isso foi no domingo, eu acho que foi o Fantástico que deu a notícia do assassinato. Aí o pessoal da CUT Brasília ouviu a notícia e foi para o hospital, e aí que ela foi atendida, e ficou um tempo lá, uns 15 a 20 dias, a gente dando um tempo, voltou em casa rapidinho, e trouxemos, e levamos ela para Belo Horizonte. Ela ficou em casa de amigos, o pessoal do sindicato dos metalúrgicos de Betim e Contagem, o pessoal do Lindeia, que tinha um trabalho do movimento popular muito forte. Acolheu ela, ela ficou por aqui uns tempos e os meninos lá, sozinhos.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uai, e quem cuidou dos seus irmãos?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Meus irmãos mais velhos. Meu irmão que tinha 21 anos, era um irmão com 21... a segunda...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: A sua mãe ainda teve que passar por um tratamento, né, de recuperação?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É, ela teve... por causa da bala não, né, porque eles já avaliaram naquela época que ela não tinha força física, ela estava muito debilitada para retirar a bala, então ela saiu do hospital com a bala, e com a bala ela ficou. Ela ficou fora, não foi por tratamento médico, ela ficou fora por medo que a gente tinha que eles iam acabar de matá-la, né. Então os meus irmãos ficaram sozinhos, eu sou a mais velha, o meu segundo irmão tinha 21 anos, foi ele, da parte dos homens, e a minha segunda irmã, terceira irmã, tinha uma que já estava

casada, tinha... então sou eu, meu irmão, depois minha irmã e meu outro irmão, esse outro irmão estava com 17 anos, ele ficou muito perdido, muito perdido, muito revoltado, ele não conseguiu se encontrar naquele momento e a minha quarta irmã, que é Maura, foi ela e o meu irmão, meu segundo irmão, Maura e José, que deram conta de segurar esse núcleo ali. Meus irmãos. E para mim foi muito difícil isso, porque...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: A sua família precisava de você.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Precisava de mim, e eu não pude dar esse suporte para eles naquele momento. Depois que eu voltei de Cuba e do Rio Grande do Sul, aí sim eu pude começar a dar um certo suporte para a minha família, mas assim, isso me fez sofrer muito, assim. Eu tive, durante muitos anos, uma sensação de esterramento, de desenraizamento muito forte, de culpa muito grande, eu achava que... eu não conseguia, assim, racionalmente, olhando para a luta, eu tinha certeza que eu estava fazendo o certo, que eu não podia abandonar a luta pelo meu núcleo familiar específico. Então racionalmente estava resolvido e foi esse o caminho que eu fiz, mas emocionalmente eu tinha certeza que eu estava em falha com a minha família, que eles precisavam de mim, eu era filha mais velha, e que de certa forma a minha família pagou o preço pela luta que eu escolhi fazer. Eu escolhi... não fiz isso por vaidade pessoal, mas assim, eu tinha uma família que foi prejudicada, que foi muito violentada, né, em todos os sentidos, e eu não pude, também, pessoalmente, dar esse suporte a eles, assim, eu sofri bastante durante muito tempo.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E quando você voltou a Unai?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Quando?

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Você chegou, quando foi a primeira vez que você foi?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Ah, pois é. Eu acho que eu não me lembro mais. Uns dois anos, três anos depois.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Uhum. Noventa e...

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Eu saí de lá em 89, né, final de 89, início de 90 que eu fui para Cuba. Eu acho que eu voltei lá de novo em 93.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E continuou aqueles conflitos de terra?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Continuaram, continuaram, assim. Esses principais iniciados lá na década de 80, lá no início dos anos 80, eles já tinham

chegado em um termo legal, já tinha tido as desapropriações, né. São Pedro foi em 88, Bálamo acho que foi em 89.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: E sobre os casos de assassinatos na região noroeste, em relação ao levantamento, encaminhamento de denúncias, ou algum caso que você gostaria de destacar? Uma situação?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Dessa época para cá houve uma mudança, o MST chegou na região, acho que me parece que 86, 87. A primeira ação do MST foi reprimida, o DOPS conseguiu prender todos eles juntos, então a gente já conseguiu fazer um acompanhamento desse caso aqui. E a FETAEMG foi para a região em 1985, eles montaram o polo regional. Existiam os educadores sindicais, que ficavam dando apoio ao sindicato, advogados, né, que foi o suporte que a gente teve nesses enfrentamentos todos, jurídicos, e coisa e tal, e o enfrentamento jurídico foi importante, eu falo, eu afirmo que os poderes constituídos não estavam a favor, mas eles... foi muito importante utilizar deles para fortalecer a luta. Então assim, esses casos todos iam para a justiça. Se a gente conseguia resultado favorável ou não, era outro caso, mas a gente conseguia um desfavorável, a gente contornava de outro jeito. Então não aceitávamos uma ordem judicial sem lutar pelo direito. E isso que levou a gente...

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: De pressionar o Estado.

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: De pressionar o Estado mesmo, assim, dizer: "Olha, nós resistimos aqui, né". Eu olho para trás hoje e vejo que tudo isso que a gente fez, todas essas perdas, elas não foram em vão porque a gente conseguiu o protagonismo. Então nós conseguimos um protagonismo, saímos do anonimato e entramos na história social da região. A reforma agrária passou a ser, foi na marra, foi na marra, mas passou a ser reconhecida como meio de luta. E esse processo de criminalização, de perseguição do sindicalistas, ele deu sequência, outros assassinatos ocorreram, mas como eu fiquei muito ausente de lá, assim... a partir desse momento quem mais passou a acompanhar, denunciar, foi de um lado a CPT, que fazia o seu relatório anual dos conflitos, então tudo que acontecia ali foi registrado. E também a FETAEMG, que a partir do momento que se estabeleceu lá como um polo regional, ela se aproximou mais dessas lutas e a institucionalidade da FETAEMG acabou dando mais respaldo para o crescimento, para o reconhecimento dessa bandeira, desse direito da luta lá.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Entendi. Mais alguma consideração que você gostaria de fazer? Contexto daquela época sobre o sindicato?

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Então, acho que eu gostaria de reforçar isso, que as bases dessa violência direta, ou até mesmo por omissão do Estado, ou envolvimento do Estado, elas continuam aí, atuais. Assim, eu acho que a gente conseguiu, pela luta social, chegar a esse lugar de reconhecimento da cidadania dos camponeses, e conseguimos conquistas concretas mesmo como várias áreas reformadas, hoje o noroeste é outro. Nós temos hoje no noroeste outro cenário. A gente não tem aquela pobreza que tinha no início dos anos 80, aquele abandono total dos trabalhadores né. Então tem um protagonismo dessas pessoas, tem uma vida digna para grande maioria dos trabalhadores. Então houve uma inclusão econômica, houve um reconhecimento do direito de organização, né, mas a criminalização da luta pela terra ela continua no mesmo ponto, tanto que eu gostaria de trazer à tona o massacre contra uns fiscais do trabalho de 2004. 2004 eram 20 anos, quase 20 anos após o assassinato do meu pai ali naquele contexto. E a versão de 2004 já era o agronegócio praticando trabalho escravo, quer dizer, os trabalhadores rurais que não conseguiram acessar a terra para trabalhar, foram viver nas periferias, nas favelas, trabalhando diaristas, boias-frias, muitos gatos atravessando as relações de trabalho, muitos acidentes de trabalho, muito desrespeito aos direitos trabalhistas. E, a versão de 2004 é o agronegócio “moderno”, entre aspas, produtivo, rentável, gerando renda para exportação, produzindo feijão, e praticando trabalho escravo. E da mesma forma, a mesma truculência da violência de 85 abateu sobre representantes dos Estado em Unai. Então isso significa um grande desafio nosso mesmo, de que as bases desta exploração, expropriação e desigualdade não foram alteradas. Muitas áreas de terras ainda concentrada na mão de grandes latifundiários, empresários hoje em dia. As relações de trabalho ainda continuam precárias, e o poder dessa mão violenta continua impune. Porque os... diferente... diferente e também parecido, né. O fazendeiro em 1987 ele foi “condenado”, entre aspas, não foi preso. Em 2004 os empresários que mandaram chacinar os fiscais do trabalho, demorou 12 anos para serem julgados, foram condenados e não foram presos do mesmo jeito. Então esse ritual da justiça continua muito desfavorável, muito parcial. Então, e olhando hoje, está muito institucionalizado, muito mais institucionalizado e muito mais claro para a sociedade como que é essa relação, ela é desigual, ela é dois pesos, duas medidas, né. Então recentemente mesmo eu soube de uma prisão de um líder do MST lá de



Buritis, o Jorjão, que está preso, foi condenado sem provas substanciais, esta lá trancafiado na cadeia enquanto assassinos como Antero Manica está condenado e está solto. E outros tantos, né, só pegando como exemplo casos de lá mesmo, né. Então eu quero concluir que, trazer a memória dessas lutas, dessa violações, é importante para que a sociedade tome pé disso, reconheça que existe um conflito de interesses que ainda não se resolveu e que uma sociedade democrática não pode conviver com um Estado de violência, de criminalização, de desigualdade como essa.

CAROLINE CUNHA RODRIGUES: Muito obrigada, Cida, pelo depoimento.